



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero

## OS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA E AS MULHERES

Renata Gomes Costa<sup>1</sup>  
Leonardo Nogueira Alves<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar os elementos que estruturam o capitalismo na América Latina. Dessa forma, desenvolve um debate que articula as categorias superexploração da força de trabalho, racismo e patriarcado na formação do capitalismo dependente latino-americano.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Dependência; Superexploração; Patriarcado.

**Abstract:** This article aims to analyze the elements that structure capitalism in Latin America. In this way, it develops a debate that articulates the categories superexploration of the labor force, racism and patriarchy in the formation of Latin American dependent capitalism.

**Keywords:** Capitalism; Dependency; Superexploration; Patriarchy.

### 1. INTRODUÇÃO

A América Latina apresenta particularidades históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas que devem ser analisadas e desvendadas para compreendermos nossa realidade social. Nossa história de colonização e dominação externa determinou essencialmente as formações econômico-sociais dos diferentes países latino-americanos. A dominação externa esteve, e ainda está, presente na realidade latina e com a instauração do capitalismo temos outra face deste processo: a dependência<sup>3</sup>.

O elemento fundamental que caracteriza a dependência é a superexploração da força de trabalho. Essa é uma forma particular de exploração, própria das relações estabelecidas na América Latina. Não conseguiremos desenvolver profundamente sobre

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: renatagomesdc@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: renatagomesdc@gmail.com.

<sup>3</sup> Entendemos por dependência uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes que têm suas relações de produção subordinadas e modificadas por outros países de maneira dependente. Dessa maneira, “[...] a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2011, p.134-135). Vale ressaltar que não consideramos situação colonial como sinônimo de situação de dependência. Nosso entendimento parte da consideração de que houve transformações econômicas, históricas e sociais que possibilitaram a existência da dependência. Sua raiz está relacionada ao processo de revolução industrial nos países europeus e a consolidação do mercado mundial. Se a dependência, a partir da concepção de que estamos defendendo neste trabalho, fosse uma consequência do regime colonial, os Estados Unidos também teriam desenvolvido relações de dependência, tendo em vista sua situação inicial como colônia. Podemos falar em continuidade da dominação externa, presente desde as colônias na América Latina, e transformações dos padrões dessa dominação. A dependência é o par dialético do capitalismo na América Latina, que foi se transformando conforme seus diferentes padrões de acumulação do capital, agro-mineiro, industrial e especialização produtiva.

este assunto no referido artigo; destacaremos, apenas, introdutoriamente aspectos da superexploração da força de trabalho, pois se a exploração, de forma geral, tem no trabalho feminino um *locus* de mais exploração, ao particularizarmos esse processo em uma realidade que conjuga racismo e patriarcado temos os elementos que desvendam a essência da região latina. Compreender a essência de uma realidade é fundamental para entendermos fenômenos que se apresentam em outras esferas da sociedade, como a cultural.

A característica essencial que particulariza a exploração da força de trabalho na América Latina, afirma Marini (2011), refere-se ao fato de que são negadas ao (a) trabalhador (a) as condições para repor o desgaste da sua força de trabalho. Com o aumento da intensidade e o prolongamento da jornada de trabalho, há um dispêndio de força superior e seu esgotamento prematuro. A remuneração abaixo do seu valor impossibilita à classe trabalhadora consumir o indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em síntese, “[...] em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho<sup>4</sup> [...]” (p.150).

Temos um processo de violação do valor da força de trabalho que pode ocorrer via mercado, momento da compra e venda, e/ou no processo de trabalho mediante um desgaste extensivo ou intensivo. Aqui a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor real, e o salário do (a) trabalhador (a) não cobre seu valor diário ou seu valor total (OSORIO, 2012).

A exploração da força de trabalho é o processo que possibilita a extração de mais-valia e a acumulação capitalista. Em diversas passagens de Marx em “O Capital” encontramos como as mulheres foram, e ainda são, mais exploradas em sua força de trabalho. Se essa lógica é a tônica geral do capitalismo, como isso se apresenta em realidades com particularidade no processo de exploração da força de trabalho?

As condições e relações de vida e trabalho vivenciadas pelas mulheres mundialmente não são pautas específicas desses sujeitos, mas produto de uma lógica capitalista que se apropriou das diferenças e desigualdades já existentes entre homens

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar que nessa passagem Marini (2011) escreve superexploração do trabalho, mas o entendimento do autor refere-se à superexploração da força de trabalho. Vejamos: “A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil, e sua diferença básica em relação a elas, reside em que aquilo que se transforma em mercadoria não é o trabalhador – ou seja, o tempo total de existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção –, mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência que pode ser utilizada para produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista. É esta a razão pela qual, ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa, portanto, a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador” (MARINI, 2011, p. 151).

e mulheres e as aprofundou com a finalidade de acumular riquezas. No caso da América Latina, estamos convencidas de que nossa realidade se explica pela análise e debate do novo que Saffioti (2013) desenvolveu: capitalismo-patriarcado-racismo. Contudo, ao considerarmos nossas particularidades, faz-se necessário um acréscimo: capitalismo dependente-racismo-patriarcado.

## **2. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PATRIARCADO NA AMÉRICA LATINA**

Historicamente, as pautas elencadas pelas diversas organizações do movimento feminista, relacionadas aos direitos civis, políticos, sociais, reprodutivos, sexuais e trabalhistas das mulheres, foram consideradas, principalmente por algumas organizações de esquerda, como elementos específicos das mulheres, sendo necessário centrar-se na essência da sociedade burguesa, seu processo de exploração e acumulação, para pautarmos as possibilidades de luta, resistência e superação dessas formas de “opressão”.

A partir dessa perspectiva, inviabilizamos a análise de elementos essenciais que fundamentam a exploração e a acumulação capitalista. O sexo, a sexualidade e a raça/etnia dos sujeitos são determinantes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O chamado feminismo liberal também incorre nesse erro ao negligenciar as questões que envolvem a produção e a reprodução social, autonomizando a base material de fenômenos como o machismo, a violência contra as mulheres, o sexismo e o preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Nosso objetivo é explicitar e analisar essa base material, a partir de uma tríade que caracteriza as formações econômico-sociais dos diferentes países latino-americanos. Reivindicar o novo capitalismo dependente-racismo-patriarcado como a tríade material que explica a América Latina, parte de uma concepção política e teórica que, no âmbito do feminismo, se alia a categorias como patriarcado para desvendar o conjunto das relações sociais.

Vimos na introdução que a superexploração é determinada por um processo de violação do valor da força de trabalho. O capitalismo, de forma geral, se fundamenta nas diferenças e desigualdades existentes entre homens e mulheres e explora de forma mais intensa a força de trabalho feminina. Desse modo, produz um processo de apropriação das mulheres que conjuga exploração da força de trabalho, apropriação do seu tempo, do produto dos corpos, obrigação sexual, carga física e emocional no cuidado com os membros da família, conforme a elaboração de Colette Guillaumin sustentada desde 1978.

A superexploração da força de trabalho tem etnia e sexo e vem historicamente

oferecendo aos países de capitalismo central e às burguesias locais latino-americanas um processo de acumulação de riqueza que, no outro polo, produz a violência, a dominação e a opressão dos sujeitos que têm sua força de trabalho e a totalidade de sua vida perpassadas por essas relações. Vejamos o detalhamento dessas questões!

Para Hirata e Kergoat (1994), a literatura sobre o mundo do trabalho geralmente refere-se a operários e classe operária, sem fazer nenhuma menção ao sexo dos atores sociais, como se estes fossem unívocos e homogêneos, trazendo a distinção apenas em relação aos empregados e desempregados, seu lugar na produção e na reprodução social. A tarefa de reinterpretar as classes sociais coube às feministas, em especial às socialistas e materialistas francófonas, evidenciando como cerne do debate o lugar da mulher no processo de produção e reprodução social.

Conforme Hirata e Kergoat (1994), a conceituação marxista de classes sociais foi criticada primeiramente nos anos 1970 por Christine Delphy, que analisou como o pertencimento de classe era construído a partir de um referencial eminentemente masculino, que invocava o marido e pai, como se o sexo não impactasse sua composição, comportamentos e práticas. Para as estudiosas, afirmar que a classe operária tem dois sexos significa dizer que as relações de classe são sexuadas, ou seja, as relações de classe e sexo – aqui englobaria raça/etnia – organizam a realidade social, as práticas sociais, pois “[...] não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorado/a” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96).

Na América Latina, esses motivos estão presentes na interação entre superexploração, alienação, divisão sexual do trabalho, racismo e patriarcado. Esses elementos expressariam as mediações do nó capitalismo dependente-racismo-patriarcado e caracterizam a forma da apropriação das mulheres na nossa região.

É indispensável analisar as mudanças no capitalismo contemporâneo a partir do prisma de um grupo que se apropria do trabalho de outro, mas vale destacar que esse processo é atravessado pela dinâmica da divisão sexual do trabalho, considerando seus dois princípios: trabalho de homem é diferente do trabalho de mulher, e o trabalho masculino vale mais do que o feminino, “[...] o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (KERGOAT, 2010, p. 99).

Essa diferenciação em termos de divisão sexual do trabalho interfere no valor da força de trabalho das mulheres. Vejamos a diferenciação de sexo no que se refere à consideração do valor da força de trabalho.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade, justificando-se, nessas condições, considerá-la magnitude constante. O

que muda é o valor dessa quantidade. Há dois outros fatores que influem no valor da força de trabalho. Um, os custos de sua formação, que variam com o modo de produção; outro, a diversidade natural, a diferença entre as forças de trabalho dos homens e das mulheres, dos menores e dos adultos. O emprego dessas diversas formas de trabalho, determinado por sua vez pelo modo de produção, modifica bastante os custos de manutenção da família do trabalhador e o valor do trabalhador adulto masculino (MARX, 2014, p. 599).

Perceba que o valor da força de trabalho também é determinado a partir da desigualdade entre homens e mulheres. Se na América Latina esse valor é violado, esse processo para as mulheres ocorre de maneira peculiar:

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças (MARX, 2014, p. 747).

Essa “preferência” por mão de obra mais barata se justifica pela possibilidade de maior exploração e extração de mais-valia, motor do modo de produção capitalista. Isso ocorre porque o capital, afirma Saffioti (1987), direciona-se aos ramos mais rentáveis da economia, visando a maiores lucros. Setores e ramos considerados menos lucrativos, como o setor do emprego doméstico, são destinados às mulheres, ou seja, uma expressão da divisão sexual do trabalho na realidade latino-americana.

As mulheres trabalhadoras continuam na sociedade atual convivendo com baixos salários, sem cobertura da legislação trabalhista, e são as maiores atingidas pelos trabalhos clandestino e/ou em domicílio.

A divisão sexual do trabalho expressa esse elemento. Por isso, mais do que uma categoria teórica, ao ser analisada à luz das relações de dependência, nos possibilita entender e analisar como o processo de violação do valor da força de trabalho atinge as mulheres na América Latina e aprofunda o novelo entre capitalismo dependente-racismo-patriarcado.

Fernandes (2017) afirma que toda força de trabalho é uma mercadoria, mas quando consideramos a composição multirracial, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. Quando consideramos o sexo e a raça/etnia, percebemos que as mulheres, em especial as negras, são as mercadorias mais baratas do sistema capitalista. E em um contexto de dependência servem como sujeitos que mais sustentam as relações de dependência.

A superexploração da força de trabalho na América Latina é determinada pela divisão sexual do trabalho e fundamentada pelo racismo e pelo patriarcado. Essas não são simples categorias

teóricas, tampouco fenômenos individuais; são elementos demarcadores e fundantes das nossas relações sociais, que estruturam nossa região e nosso modo de produção.

De acordo com Saffioti (2004), desde a década de 1970 as feministas radicais usam o conceito de patriarcado, objetivando denunciar a dominação masculina e problematizar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito expressa e desvenda a sujeição da mulher, mostrando como as “relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (2004, p. 54).

Esse sistema de dominação-exploração possuiu como base econômica as diferenças salariais entre homens e mulheres, a segregação ocupacional, o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva feminina. A estrutura patriarcal sob a égide do sistema capitalista trata as mulheres não como trabalhadoras, mas como mulheres com um destino traçado por seus aspectos biológicos. Dominação patriarcal e sistema capitalista andam de mãos dadas, são duas faces de um mesmo processo de dominação-exploração, temos uma fusão. Nas palavras de Saffioti (2004), há uma espécie de “nó” entre patriarcado-racismo-capitalismo. “Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social, embora as análises tendem a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese” (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação que se modela pela ideologia machista. É, mais do que isso, um sistema de exploração, pois se situa no terreno político, ideológico e econômico. O conceito de patriarcado diz respeito a uma estrutura de poder fincada em uma base material, que se expressa ideologicamente em todo o tecido social.

Trabalhamos com a ideia de Saffioti (1987; 2015) sobre a simbiose entre três sistemas de dominação-exploração, isto é, capitalismo dependente-racismo-patriarcado. É um novelo historicamente construído, com uma estrutura de poder que os unifica, o que não significa a impossibilidade de analisá-los separadamente. A questão, como afirma a autora, é a ausência do caminho inverso, ou seja, a síntese. “[...] a análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas” (SAFFIOTI, 2015, p.134).

Na realidade latina, esse sistema se adequa muito bem. Na verdade, a produção desse sistema se dá na base das formações econômico-sociais presentes na nossa região. O capitalismo possui uma estrutura patriarcal. Se temos uma formação social ancorada em relações coloniais, aristocráticas, nas quais a figura do homem branco colonizador dominou nossa região, o nó defendido por Saffioti (1987;2015) torna-se uma face da dependência.

De acordo com Delphy (2009), o patriarcado designa uma formação social na qual os homens detêm o poder. A etimologia dessa palavra, advinda do grego, define que “*pater*” seria pai, e “*akhe*”, origem e comando. Em termos literais, seria a autoridade do pai. Isso não significa que as relações patriarcais se limitem à esfera da casa, da família ou das relações biológicas.

De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado é uma engrenagem que pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. É uma forma de apropriação das mulheres que são tidas como objetos sexuais dos homens, reprodutoras de herdeiros, cuidadoras, força de trabalho barata. É uma das expressões do processo de apropriação, pois

[...] A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2015, p.113).

Os privilégios masculinos não são uma questão meramente individual, são frutos desse esquema de dominação-exploração mais amplo, servindo como elemento de interesse das classes dominantes que lucram e acumulam com tal esquema que continua violentando as mulheres.

A exploração da força de trabalho das mulheres ocorre via processo de apropriação, por isso ocorre também o controle do corpo e da sexualidade. O esquema patriarcal não surge com o capitalismo, esteve presente em outros momentos históricos, mas este se apropria da já existente desvantagem feminina por ser lucrativo e perpetuar um sistema de poder e domínio que mantém o homem, branco, heterossexual e cristão no controle da sociedade.

[...] quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas [...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração [...] não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (SAFFIOTI, 2015, p.138-139).

Com o capitalismo temos a fusão entre patriarcado-racismo-capitalismo! Saffioti (2013) afirma que as desvantagens sociais das mulheres possibilitaram o modo de produção capitalista arrancar o máximo de mais-valia por meio da intensificação do trabalho, extensão da jornada de trabalho e salários mais baixos que os masculinos.

No capitalismo dependente, que conjuga esses três elementos no processo de exploração da força de trabalho, o patriarcado se torna um dos combustíveis para a

superexploração da força de trabalho das mulheres. Na América Latina, esse contexto se atrela ao racismo, que se apresenta, assim como o patriarcado, como elemento estruturante do capitalismo dependente.

Em relação ao racismo, é necessário retomarmos alguns elementos das formações econômico-sociais para entender esse fenômeno. A América Latina realizou revoluções burguesas que não inseriram os (as) indígenas e a população negra. Como afirma Ianni (1966), os significados das tensões “raciais” na América Latina são determinados pelo sistema capitalista em desenvolvimento.

Antes de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a “questão racial” é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expansão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional. Esta é a sua natureza fundamental, que dá sentido às suas expressões sociais, culturais, demográficas, políticas, as quais, quando são vistas isoladamente, pouco elucidamos problema. Tanto nos países de emigração como naqueles em que os imigrados ou seus descendentes se encontram em absorção, a questão tem em sua base esse componente estrutural determinante [...] são certas transformações em curso nos setores primário, secundário e terciário da economia dos países em industrialização que estão na base do “problema racial”, na medida em que a desagregação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial que está reintegrando e diferenciando a estrutura global (IANNI, 1966, p. 44).

A escravidão, para Fernandes (2017), foi um fator da acumulação interna de capital; o trabalho escravo gerou excedente econômico e sustentou uma classe dominante por longos anos. No caso do Brasil, por exemplo, foi alicerce fundamental da primeira expansão do capital comercial. A adoção do trabalho livre na sociedade brasileira deu-se pela imigração, que colocou à disposição outro perfil de mão de obra. O substituto do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco, livre e estrangeiro, um processo que expressa a exploração e a dominação sobre a população negra que tem suas raízes na colônia e torna-se eixo fundante da superexploração da força de trabalho.

A população negra se depara com condições de trabalho tão duras como as anteriores. Obviamente que os processos de exploração e alienação no capitalismo resguardam suas devidas particularidades conjunturais. Por exemplo, as formas de violência e as condições de vida e trabalho são diferentes daquelas registradas no período escravista, porém esses sujeitos ainda são sustentáculos do processo de acumulação de riqueza.

As mulheres negras se deparam com um processo de apropriação que as insere num contexto de violência em vários níveis, seja no trabalho, seja nas relações afetivas e familiares, seja com outras mulheres, seja na sociedade de forma geral. Ao refletirmos sobre a situação das mulheres no período da escravidão, vamos nos deparar com a violência sexual que perpassa a história e vidas das mulheres negras até os dias atuais.

Davis (2016) dedicou-se a pesquisar sobre a realidade das mulheres negras norte-americanas, contudo, muitos dos aspectos gerais que aborda em seu livro nos possibilitam

extrair elementos que contribuem com a reflexão sobre o racismo na América Latina. De acordo com a estudiosa,

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovida de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19).

As mulheres submetidas à escravidão, tanto nos Estados Unidos como na América Latina, eram, além de açoitadas e mutiladas, estupradas, o que na essência significava “[...] uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20).

Na América Latina, as mulheres negras tiveram sua história perpassada pela violação dos seus corpos, tidos como propriedade e objetificados para satisfazer os desejos violentos dos senhores e, mais tarde, com o capitalismo, dos homens e da sociedade de forma geral.

Esse acesso ilimitado aos corpos e à força de trabalho das mulheres negras na época da escravidão construiu os elementos basilares de uma sociedade racista que, de forma particular no capitalismo dependente, continua apropriando e, conseqüentemente, violentando as mulheres negras. Vale ressaltar que, mesmo diante de toda a exploração sexual e de trabalho, a história das mulheres negras é marcada por resistência e jamais, como nos atenta Davis (2016), podemos entendê-las como sujeitos passivos e subjugados ou inertes a qualquer forma de resistência.

No que concerne à esfera do trabalho, verificamos que a situação das mulheres negras difere da condição das mulheres brancas. Para Davis (2016), o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras reproduz o padrão estabelecido nos anos de escravidão. As negras, ao serem inseridas no trabalho compulsório, não gozaram da vinculação ao espaço privado como as mulheres brancas. A ideologia do que seria o feminino presente no século XIX, por exemplo, reforça o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis e cuidadosas com seus maridos e familiares, mas esse arsenal ideológico não incluía as mulheres negras, que se tornaram, com o capitalismo, as empregadas domésticas, as trabalhadoras informais e as mais mal remuneradas no mercado de trabalho.

Se no capitalismo dependente viola-se o valor da força de trabalho das mulheres de forma geral, no caso das mulheres negras insere-as num processo de apropriação, que conjugado com o racismo, as faz vivenciar condições de vida e trabalho mais bárbaras e cruéis. Se nós, mulheres, além de superexploradas, carregamos o peso da responsabilidade

da reprodução social e se esta, em sua grande maioria, ocorre via trabalho doméstico, o processo de apropriação das mulheres possui determinantes que, em última instância, deságuam nas expressões da violência.

Obviamente, não estamos desconsiderando a totalidade da violência e todas as mulheres que são impactadas por esse fenômeno. Nosso objetivo é analisar os elementos que estruturam a realidade latino-americana.

Entendemos que as relações sociais de sexo na América Latina são essencialmente violentas, machistas e racistas. Isso se explica pela forma como construímos nossas relações de produção e reprodução, ou seja, fundamentadas no novo capitalismo dependente-racismo-patriarcado. Isso rompe com grande parte dos estudos de gênero que não partem dessa base material para a compreensão de tais relações.

Consideramos esse nó a base para o entendimento das relações sociais de sexo na América Latina, que mediante sua formação econômico-social possibilitaram um amplo espaço fértil para o capitalismo se fundamentar nas relações desiguais produzidas pelo racismo e pelo patriarcado, fortalecendo os processos de dominação/exploração – mais do que isso, de apropriação.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em novembro de 2017, o jornal Correio do Povo noticiou os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) publicados no relatório “Do Compromisso à Ação: Políticas para Erradicar a Violência contra as Mulheres na América Latina e no Caribe”, que atesta a América Latina como a região mais violenta do mundo para as mulheres, apresentando com o Caribe as maiores taxas de violência sexual. Duas em cada três mulheres, afirma o referido relatório, são assassinadas por serem mulheres.

O feminicídio é a expressão da violência que mais assola as mulheres na América Latina. Trinta e cinco por cento das mulheres na região já foram vítimas de algum tipo de violência. A violência sexual perpetrada pelo parceiro ou pessoa próxima foi a mais comum nas estatísticas. Em 2013, aumentou o número de países latino-americanos com políticas nacionais de proteção às mulheres. Em 2016, 94% dos países já haviam adotado políticas específicas de combate à violência, em especial, ao feminicídio. Todavia, nossa região continua, como afirma o relatório, o local mais violento para as mulheres.

O Mapa da Violência 2015 fez uma comparação entre os dados da violência contra a mulher entre 2003 e 2013 e concluiu que houve um aumento de 21% na taxa da violência, equivalendo em 2013 a 13 homicídios diários de mulheres. O Brasil ocupa a quinta posição na estatística dos países com altas taxa de violência contra a mulher. Perde apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Destacamos que, dos cinco países

mais violentos, quatro são na América Latina. As mulheres negras são as mais vitimadas pela violência. Em 2013, no Brasil, o número de homicídios contra as mulheres brancas caiu 9,8%, comparado com o ano de 2003. Em relação às mulheres negras, temos um aumento de 54,2%.

Não estamos desconsiderando os dados da violência em outras regiões e países nos quais as mulheres carecem até mesmo dos direitos básicos de ir e vir. Contudo, atestar a América Latina como uma das regiões mais violentas para as mulheres está relacionado às consequências de uma base material perpassada pelo novo capitalismo dependente-racismo-patriarcado, que produz relações violentas, machistas e racistas.

Sabemos que machismo, racismo e sexismo são reproduzidos na esfera cultural. Em muitos casos, ocorrem no âmbito doméstico, familiar e/ou afetivo/sexual. Todavia, no nosso entender, são expressões e consequências que, em última instância, possuem relação e mesmo são determinadas pela nossa forma de produzir, reproduzir e acumular riqueza.

Longe de uma análise economicista ou mecanicista, nossa perspectiva relaciona-se a uma análise feminista das relações econômicas e sociais, a fim de desvendar a essência da sociedade e apostar em lutas e resistências que transformem a base que originam tais fenômenos. Uma realidade na qual a superexploração da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho e o patriarcado são os estruturantes do capitalismo latino-americano.

## REFERÊNCIAS

CISNE, M. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORREIO DO POVO. A América Latina é a região mais violenta do mundo para as mulheres, segundo a ONU. Disponível em <<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/11/635221/America-Latina-e-a-regiao-mais-violenta-do-mundo-para-mulheres,-segundo-a-ONU>> Acesso em 2 de fev de 2018.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica et al (orgs). **O patriarcado desvendado**: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KERGOAT, D. HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. **Revista de Estudos Feministas**, ano 2, 1º sem. 1994.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, 2010.

MARINI, R. M. **A dialética da dependência**, 1973. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J.P. Ruy Mauro Marini, 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro I. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva- estudo de cinco economias da região. In: **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015**. Rio de Janeiro: FLACSO; jun. de 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015\\_adol escentes.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adol escentes.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2016.